

## **004ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 17SET2020**

**Pauta:** Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

**(Texto com revisão final.)**

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** (19h) Boa noite a todos. Alegria em poder abrir esta nossa audiência pública amplamente divulgada e que objetiva esclarecer a respeito de dois projetos que se encontram sob exame da Câmara Municipal de Porto Alegre. Como é sabido, a Lei Orgânica Municipal estabelece de forma obrigatória que a Presidência da Casa tem que diligenciar na realização dessas audiências públicas, quando elas são formalmente requeridas por entidade legitimada, que é o caso concreto. Nós, inclusive, registramos com grande satisfação a presença entre nós do secretário extraordinário de Mobilidade Urbana, Rodrigo Mata Tortoriello, que muito em breve, representando o governo, será o grande participante desta nossa audiência na medida em que os requerentes, insistentemente buscados em contato pela nossa diretoria legislativa não logramos êxito... (Problemas técnicos na conexão.) ...o que evidentemente nos frustra, porque isso faz parte do nosso compromisso de buscar de todas as formas possíveis assegurar a realização dessas audiências de tal sorte que elas possam efetivamente contribuir com a análise desses projetos que serão naturalmente votados pela Câmara Municipal tão logo sejam liberados... (Problemas técnicos na conexão.) ...da nossa Lei Orgânica do Município.

Assim sendo e saudando a todos, eu abro os trabalhos, ressaltando, desde logo, a presença entre nós do Ver. Adeli Sell, que como sempre é... (Problemas técnicos na conexão.) ...entre os interessados na discussão dos vários temas que são trazidos à consideração dos porto-alegrenses em geral e muito especialmente dos integrantes desta Casa Legislativa. Saúdo o Dr. Luiz Afonso e saúdo, da mesma forma, seu diretor adjunto, o Dr. Sandro, que irá conduzir parte desta reunião na medida em que o Dr. Luiz Afonso e eu não poderemos estar presentes em todo esse trabalho, pois outro compromisso nos leva a estarmos em lugar diferente daquele que nos encontramos no momento nas cercanias das 20h onde iremos desenvolver um novo compromisso que surgiu. Por isso, sem mais

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

delongas, eu quero transferir... (Problemas técnicos na conexão.) Agradeço que voltamos à normalidade, então, sem mais delongas, e com o objetivo de dar celeridade ao nosso trabalho, transfiro o comando da nossa audiência ao ilustre diretor do legislativo de Porto Alegre, o Dr. Luiz Afonso Peres, a quem transfiro a palavra neste momento.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, Presidente, nossa saudação a todos os presentes. A nossa audiência pública terá a seguinte dinâmica. Imediatamente, após eu terminar esta apresentação da dinâmica, serão abertas as inscrições para até dez participantes poderem se manifestar pelo prazo de cinco minutos. As inscrições deverão ser feitas através do *chat*, no Zoom, e as dez primeiras inscrições serão aquelas que terão oportunidade de usar a palavra por até cinco minutos. Gostaria apenas que colocassem na inscrição o nome e pelo menos um sobrenome para ficarmos com os nossos registros. Nós vamos iniciar a audiência com a palavra do secretário Rodrigo Tortoriello, que vai fazer uma explanação sobre os dois projetos, objetos da audiência, o PLCE nº 01/20, que trata da taxa de congestionamento, e o PLCE nº 02/20, que trata da taxa de mobilidade urbana.

O Sr. Rodrigo Mata Tortoriello, secretário extraordinário da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM, está com a palavra por até vinte minutos para fazer a sua explanação.

**SR. RODRIGO MATA TORTORIELLO:** Muito boa noite, eu gostaria aqui de saudar o Presidente Pujol, Presidente da Câmara; o Dr. Luiz Afonso, diretor legislativo; em nome de vocês, faço a saudação a todos os presentes para que a gente possa partir aqui para a apresentação. Eu vou compartilhar a minha tela, preciso que a diretoria libere aqui o compartilhamento da tela para poder fazer a apresentação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, secretário, já vou providenciar isso neste momento. Está liberado.

(Procede-se à apresentação.)

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

**SR. RODRIGO MATA TORTORIELLO:** Obrigado. Todos enxergando a apresentação?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeitamente.

**SR. RODRIGO MATA TORTORIELLO:** Não se trata simplesmente desses dois projetos que estamos tratando, estamos tratando de todo um projeto de priorização do transporte coletivo em Porto Alegre. Essa linha do tempo mostra quais os investimentos e qual o trabalho que tem sido feito desde 2017, para que nós possamos mudar a lógica e a qualidade do transporte público em Porto Alegre. Então, a gente fez a revisão das gratuidades, com transparência, para o cálculo tarifário, foi criado o primeiro simulador de tarifa no Brasil; racionalização de linhas; em 2019, começamos a implantação de faixas exclusivas; implantamos o GPS nos ônibus; o aplicativo de informação em tempo real ficou disponível para a população se orientar, para ver quanto falta para o ônibus chegar no ponto; lançamos o projeto Transporte Cidadão, o qual estamos debatendo aqui parte dele neste momento; apresentamos diversos projetos de lei para reduzir a tarifa do transporte coletivo em Porto Alegre e torná-lo mais acessível à população de baixa renda; estamos trabalhando arduamente, em conjunto com todos os operadores do transporte coletivo de Porto Alegre, na continuidade do sistema, mesmo com os problemas apresentados pela pandemia, com o objetivo de chegarmos, em 2021, com um transporte que possa oferecer passe livre ao trabalhador; passagem de, no máximo, dois reais para aquelas pessoas que não têm carteira assinada; passagem de um real para estudantes; e ainda, sim, conseguimos também reduzir o custo para o empregador que paga o vale transporte.

O que é prioridade? Investir e priorizar o transporte coletivo - porque, por meio de uma faixa exclusiva, com três metros e meio de largura, nós conseguimos transportar dez vezes mais pessoas do que em automóvel, e isso mostra como é democrático e como é o bom uso do recurso público -; ampliar a capacidade e a infraestrutura viária para o transporte coletivo, através das faixas exclusivas, que estamos trabalhando nesse sentido; também aqui a gente mostra a importância, no sentido de que 30 pessoas transportadas num ônibus ocupam menos espaço na via do que motos e automóveis, pois o ônibus é bem menos poluente por passageiro do que os demais modos – uma moto, por exemplo, polui dezenove

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

vezes mais do que um ônibus a diesel padrão e o automóvel emite oito vezes mais CO2 por passageiro do que um ônibus.

Com relação ao custo, os gastos com transporte. Em Porto Alegre, hoje, o gasto médio para o transporte representa 14% da renda média do porto-alegrense. Isso é um impacto significativo. E, se olharmos esse gráfico, nossa média é maior do que boa parte das cidades brasileiras, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro, cidades maiores que Porto Alegre e, comparadas com as cidades europeias, temos uma diferença gigantesca, como, por exemplo, com Lisboa, cuja diferença é de 10% da renda do morador da cidade de Lisboa, e o gasto pessoal com transporte individual é quatro vezes maior do que com transporte público. Dessa forma, o transporte coletivo, além de impactar muito na questão de quem anda de ônibus, ao priorizar o transporte individual, nós estamos gerando mais gastos e mais deseconomias para a população de Porto Alegre, através de um custo quatro vezes maior do que com transporte público. E o que vem acontecendo nos últimos anos? A gente vem assistindo uma perda de demanda, e estamos trabalhando para que a gente possa minimizar esses impactos. Porém, agora, com essa pandemia, ficou evidente que o nosso modelo de financiamento do transporte público, somente pela tarifa, está completamente defasado, não só em Porto Alegre, mas em todo o Brasil. Perdemos 59 milhões de usuários, nos últimos três anos, isso dá 20% da demanda transportada em um ano antes da pandemia. Como a gente já apresentou aqui em outras oportunidades, mas não custa repetir, a composição do custo tarifário, cerca de 48%, é mão-de-obra, e 28% são os custos variáveis. Então, se atacarmos na eficiência do sistema, melhorando a relação dos custos variáveis e as condições, para que possamos reduzir os custos de mão-de-obra, teremos aí um ganho significativo para redução da tarifa para o trabalhador que anda de ônibus. E aqui ainda temos os 3% de gestão da CCT que, ontem, foi votado nesta Câmara de Vereadores, e é o primeiro passo que os senhores Vereadores deram para iniciar esse processo de aprovação de todo o pacote Transporte Cidadão, que é um pacote importante para a população de Porto Alegre e para melhorar e servir de exemplo para o Brasil, com relação à inovação no financiamento do transporte público em todo território nacional. Fatores que pesam na tarifa e fazem com que a nossa tarifa seja mais alta? Nós temos o segundo maior salário do Brasil para motoristas e cobradores, isso impacta em torno de R\$

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

0,40. Não estou dizendo que eles não merecem ganhar esse salário, mas a gente tem que deixar claro para a população qual é o peso do salário pago para motoristas e cobradores. As isenções, e estamos trabalhando arduamente para mexer nesse quadro, representam também R\$ 0,55 a mais na passagem de Porto Alegre, comparada com cidades brasileiras. Aqui, a gente fala um pouco da frota. Nós temos a segunda maior frota com ar-condicionado no país, 44% da frota, e 51% dos veículos tem suspensão ar e motor traseiro. Isso dá mais conforto, mas esse conforto também custa dinheiro, custa R\$ 0,15 na passagem. Também não propomos que a gente saia, que a gente abra mão do conforto para o cidadão andar de ônibus, mas é importante destacar o quanto custa esse tipo de conforto.

Aqui eu vou trazer exemplos nacionais e mundiais de financiamento do transporte público. Setenta e quatro por cento dos países subsidiam o transporte público, para garantir a sua existência e a sua eficiência na prestação do serviço. Diversas cidades europeias estão aqui representadas. Por exemplo, Paris, só 40% do custo total do sistema é oriundo da receita tarifária. O que se paga de tarifa só cobre 40% do custo total. Londres chega a 53%. Nós temos Praga, na outra ponta, com 26%, é a cidade onde a receita de tarifa representa a menor parcela para a cobertura dos custos de transporte em operação na cidade, para os seus habitantes. E no Brasil? No Brasil, também existe subsídio. Nós temos, em São Paulo, uma cidade que colocava R\$ 3 milhões, agora já teve que aumentar, representando cerca de 38% do custo. Em São Paulo, o que o cidadão paga na roleta dos ônibus é uma parte inferior ao custo total por passageiro do sistema da cidade. A mesma coisa acontece em Florianópolis, Vitória, Curitiba e Recife, são alguns exemplos brasileiros que já adotaram o subsídio como forma de incentivar o uso do transporte coletivo. E o que é que já foi feito em Porto Alegre, para mudar essa realidade e para tentar tornar o transporte coletivo mais atrativo? As linhas de transporte foram racionalizadas, o que representa um impacto de R\$ 0,49, ou seja, deixou de custar a mais para o cidadão R\$ 0,49. O desconto de 50% na segunda passagem, que era cem e passou para 50, impacta em R\$ 0,20 na tarifa. A adequação dos idosos à legislação federal, um impacto de R\$ 0,05 ao ano. Só aqui, nós já temos R\$ 0,74 que foram deixados de cobrar da população de Porto Alegre, para poder andar de ônibus.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

O projeto de priorização do transporte coletivo também tem a infraestrutura como um dos seus pilares. A implantação de mais 22 quilômetros de faixa exclusiva faz com que a gente tenha, neste período de um ano, um ano e pouco, aumentado quase 130% da infraestrutura que foi criada em 40 anos em Porto Alegre, demonstrando que dá para fazer com baixo custo e grande eficiência a implantação de faixas exclusivas, melhorando a eficiência e a velocidade do transporte coletivo. As linhas beneficiadas têm um ganho médio de aproximadamente 25 minutos nos seus deslocamentos.

O GPS em 100% da frota, ele permite que o cidadão tenha informação em tempo real e possa acompanhar, dando mais segurança e possibilidade de planejamento do seu deslocamento. Isso também nos dá uma ferramenta de fiscalização e controle da operação. Recentemente, a Prefeitura apresentou 98 novos ônibus com ar-condicionado, acessibilidade, sistema de GPS e reconhecimento facial. É a maior renovação de frota da história da Carris, cerca de 30% da frota foi renovada com veículos novos, mostrando que outro pilar, o conforto e a renovação da frota, é importante para atrair novos passageiros. Lançamos anteontem um edital de licitação para a concessão dos abrigos, que é mais um item importante, no qual nós pretendemos melhorar a qualidade, implantando importantes modificações, como piso tátil, garantindo a acessibilidade, iluminação artificial, para a questão da segurança das pessoas, proteção para vento e chuva, informações sobre circulação e atendimento, tomadas USB, assentos e acessibilidade para cadeirantes. Esse é um exemplo de como podem ser os nossos abrigos a partir de agora. Serão ainda implantados 150 painéis eletrônicos, que indicam o horário que o ônibus vai chegar a essa parada, e serão implantadas também cerca de cem câmeras de segurança. O desenho não é exatamente esse que está apresentado na tela, isso é apenas uma sugestão, para que os concorrentes possam apresentar nas suas propostas da concessão.

Estamos também requalificando os corredores de ônibus, recuperando: na Av. João Pessoa, 2,2 quilômetros; na Av. Bento Gonçalves, 5 trechos, totalizando cerca de 6 quilômetros; e na Av. Protásio Alves, as barreiras de concreto dão mais segurança e evitam que as pessoas atravessem fora dos locais adequados, dando segurança para os motoristas que trafegam nesse corredor, também garantindo a redução de acidentes e salvando vidas.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

Mais segurança e menos fraudes através da delegacia especializada, que gerou uma queda de 78% nos assaltos a ônibus. É o menor índice dos últimos 15 anos. O reconhecimento facial em 100% da frota reduziu as fraudes de quem usava indevidamente gratuidades, como a do idoso e do escolar, por exemplo.

Também estamos adotando e trabalhando para garantir as medidas de continuidade do sistema. Este gráfico mostra a queda de demanda e a organização e adequação da oferta do transporte coletivo. Nessas 26 semanas de pandemia, chegamos a transportar menos de 20% do que se transportava num dia útil comum em Porto Alegre. Agora estamos na ordem de 40% da demanda transportada. Foi implantada a recarga expressa no cartão Tri, reduzindo de 48 horas para 30 minutos, e foi feita a distribuição gratuita de cartões para reduzir o uso de dinheiro no transporte coletivo, evitando, assim, que o transporte pudesse ser o meio de propagação do coronavírus, aliás, temos que salientar e ressaltar que a quantidade de pessoas contaminadas dentro do transporte coletivo, como motoristas, cobradores e demais funcionários é muito menor do que a média registrada pela cidade de Porto Alegre. Se a população que trabalha no sistema de transporte fosse uma população de uma outra cidade, nossos índices de contaminação seriam menores do que os índices de contaminação da cidade de Porto Alegre, e olha que Porto Alegre é um dos exemplos para o Brasil de controle da pandemia.

Entrando nos projetos que fazem parte do projeto Transporte Cidadão. O primeiro aprovado ontem foi o fim da taxa de gestão da Câmara de Compensação Tarifária, que extingue os 3% da CCT e pode reduzir em R\$ 0,15 a tarifa do transporte coletivo, mas também estamos trabalhando para a implantação da tarifa de uso do sistema viário por aplicativos, que já foi objeto de uma audiência pública ocorrida no início do ano.

Nesta audiência pública, vamos tratar da taxa de mobilidade urbana; ainda temos o projeto que autoriza o Executivo a conceder descontos na tarifa e estamos trazendo algumas alterações, como o projeto que trata das receitas extratarifárias – é um novo projeto que foi encaminhado à Câmara de Vereadores; a tarifa de congestionamento com a alteração que estamos propondo, apresentada neste momento também, nesta audiência pública; alterações na emissão do cartão de passagem escolas, eliminando a intermediação por parte de associações escolares. Uma ampla revisão na lei de sistema de transporte de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

Porto Alegre, que permite assim que o Município reaja de forma mais ágil e com mais presteza para a população no combate à concorrência. Ampla revisão na legislação dos ônibus também está prevista para esse pacote que foi enviado à Câmara, agora, no mês de agosto.

Falando especificamente do projeto da taxa de mobilidade urbana. O que ele pode trazer de benefício para a sociedade? Hoje, um empregador gasta cerca de R\$ 240,00 para comprar vale-transporte para quem vai e volta ao trabalho durante um mês. Esse custo pode cair para até R\$ 66,00, se aprovarmos todos os projetos que estamos propondo. Então, praticamente 1/3 de redução para o empregador que contrata alguém com carteira assinada. E qual é o ganho para o cidadão que tem carteira assinada? Ao invés de ter um passe para ir e voltar do trabalho, ele ganha um passe com o transporte liberado todos os dias, 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados. Isso dará mais acesso, democratizando o espaço urbano, fazendo com que as pessoas possam se deslocar pela cidade, inclusive para eventos culturais, para fazer uma visita à orla, ou seja, torna a cidade acessível para todos, democratiza o uso do espaço urbano. De onde ela é baseada, de onde vem essa ideia? Essa ideia vem do Versement Transport, que é um modelo francês adotado desde 1973, e esse modelo objetivava cobrir 50% do custo operacional. Conforme a gente mostrou, só 40% do custo é pago pela tarifa, os outros 50% vem do Versement Transport, que é esse modelo que estamos trazendo para Porto Alegre e tentando introduzir como uma novidade para todo o Brasil, para que Porto Alegre volte a ser exemplo para o País, e os outros 10% de lá são custeados por outras receitas. Então, a gente traz essa opção para Porto Alegre, também.

O outro item é a tarifa de congestionamento. O que é a tarifa de congestionamento? Cobrando-se R\$ 4,70 entre 7h e 20h, em dias úteis, cada carro que entrar na região do Centro Histórico pagará uma tarifa de ônibus e isso permite que a gente possa reduzir a tarifa de transporte público de Porto Alegre em R\$ 1,60. Então, hoje, se ela custa R\$ 4,70, nós teríamos uma tarifa de R\$ 3,10. Essa é a diferença, 34% de redução no custo para quem anda de ônibus. Essa é a relevância desse projeto e a importância da mudança de postura com relação à questão do subsídio. O automóvel, que sempre foi beneficiado através de isenções de IPI, através de custeio e redução artificial do preço do



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

combustível durante anos e anos, aqui nós temos a oportunidade de devolver parte desse subsídio que a sociedade já pagou ao transporte individual, para o cidadão que anda de ônibus. Nós nunca perguntamos ao cidadão que só tem o ônibus como opção, se ele concorda que nós devemos sinalizar faixas de estacionamento, ampliar vias para automóveis. Isso é uma parte do subsídio que foi dado para o transporte individual, agora está na hora de invertermos a lógica e começarmos a devolver ao cidadão que só pode andar de ônibus a preferência do transporte e reduzir o custo para ele. Hoje a tarifa é muito cara para quem paga e não cobre quase todos os custos necessários para que a gente possa melhorar a qualidade e a eficiência do transporte coletivo.

Nesse mapa apresentamos os nove locais onde haveria a cobrança da tarifa de congestionamento. Então, pela ordem que está apresentado o item 1, aqui no lado esquerdo da minha tela, começando pela Presidente João Goulart, General Vasco Alves, terceira é Augusto de Carvalho, Borges de Medeiros, Lima e Silva, João Pessoa e Osvaldo Aranha, Alberto Bins e a entrada da Av. Mauá. Todos os veículos que adentrarem neste anel que está circundado em azul pagariam essa tarifa de R\$ 4,70. Quem já fez isso? Vários países já fizeram, e estamos copiando uma iniciativa que deu certo em diversos países. Isso também é uma novidade, não existe cidade brasileira que já tenha adotado essa medida, e nós temos a oportunidade de implantar uma nova lógica de financiamento do transporte público e devolução do dinheiro para o cidadão que anda de ônibus. Quais são os resultados práticos para o cidadão? O que todo esse esforço que nós estamos fazendo pode gerar para a população de Porto Alegre, os cerca de 30% da sociedade que só tem o ônibus ou utiliza o ônibus de maneira regular em Porto Alegre? Nós podemos trazer a tarifa, de imediato, de R\$ 4,70 para R\$ 2,25 e, aprovando a taxa de mobilidade urbana, nós podemos reduzir o custo de R\$ 240,00 para R\$ 63,00; e em 2021, com todos os projetos aprovados, o trabalhador teria passe livre para andar todos os dias no transporte coletivo, passagem de no máximo R\$ 2,00 para o cidadão em geral, ou seja, a diarista que não tem carteira assinada vai ter mais competitividade para poder ter acesso a um transporte mais barato e chegar a outros locais da cidade e o estudante que hoje gasta metade dos R\$ 4,70 passaria a gastar apenas R\$ 1,00 por deslocamento para poder acessar a escola.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

É isso o que a Prefeitura de Porto Alegre traz de proposta para a Câmara de Vereadores, e esperamos, assim como o projeto de ontem foi aprovado, excluindo a tarifa de 3% para a gestão da Câmara de Compensação Tarifária, que os demais projetos possam ser aprovados, para que o cidadão de Porto Alegre entenda o quão relevante os vereadores entenderam o que é o transporte público para a cidade e para uma cidade mais humana, mais democrática e mais inclusiva, e Porto Alegre passa a ser referência para todo o Brasil. Muito obrigado a todos pela oportunidade.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado secretário Tortoriello. Já temos uma lista com alguns inscritos. Pela ordem, o primeiro é o Sr. Toni Lindau, da WRI Brasil.

**SR. LUIS ANTONIO LINDAU:** Senhores, boa noite – Ver. Pujol, secretário Tortoriello e demais presentes na audiência. Eu gostaria de ressaltar, aqui nesta audiência, a importância do transporte coletivo. Antes disso, coloco que eu dirijo o programa de cidades do WRI Brasil, que trabalha com mais de 30 cidades no país em diferentes projetos, em boa parte ligados à mobilidade, desenvolvimento urbano, questão da eficiência energética e também questões climáticas.

Bem, com relação à eficiência do transporte coletivo, eu queria destacar uma pesquisa que nós fizemos em novembro de 2019, aqui em Porto Alegre, dentro de um projeto que se chama QualiÔnibus, no qual nós temos a possibilidade de comparar resultados de 17 cidades brasileiras dentro de uma lógica de (Problemas na conexão.).O importante dessa pesquisa – os resultados, eu acho que depois o Rodrigo pode indicar, estão disponíveis no *site* da Prefeitura –, dois resultados são importantes para o ponto que eu quero levantar aqui. A primeira questão é que 45% dos clientes do transporte coletivo por ônibus de Porto Alegre têm renda familiar de até dois salários mínimos, sendo que 49% dos clientes, segundo a própria manifestação nesse levantamento, que é estatisticamente significativo, 49% são cativos – cativos são aqueles que não têm possibilidade de fazer o deslocamento por qualquer outro modo de transporte que não seja o ônibus no caso. Isso nos leva a estimar – porque quanto a esse número a gente não tem garantia – que de 150 mil a 200

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

mil pessoas em Porto Alegre perderiam o acesso as oportunidades, no caso, trabalhos, estudos, saúde, lazer. E o mais importante do que perder o acesso a essas oportunidades é perder, de certa forma, a oportunidade de vencer na vida, caso o transporte coletivo não tivesse a configuração que tem hoje, no caso rotas fossem cortadas, a penetração que ele tem nos bairros e as conectividades que ele proporciona fossem descontinuadas. Isso para demonstrar a necessidade de se tomar medidas para priorizar, proteger e melhorar o transporte coletivo.

O secretário Rodrigo já falou bastante na questão da priorização, eu gostaria de falar um pouco na questão da proteção e também na melhoria desse transporte. Eu ressalto que um caminho muito importante, já colocado pelo secretário, que ocorre em muitos lugares do mundo é através de receitas extratarifárias. Para a gente colocar essa questão das receitas extratarifárias em perspectiva, eu devo dizer o seguinte: nada mais é do que uma taxação de externalidades negativas geradas pelo transporte individual motorizado. Esse é, digamos, o cunho econômico por trás da questão das receitas extratarifárias. Quer dizer, boa parte delas pode vir dessa taxação de externalidades, elas podem além disso, eu vou enfatizar um pouco elas.

Entre elas, que problemas o carro causa? Congestionamento. Estudos do IPEA revelam que isso implica 3 a 5% do PIB nacional; deve ter um impacto equivalente na nossa cidade, senão maior. Quanto à questão da poluição do ar – não temos dado de mortalidade, no caso, para Porto Alegre –, estima-se, no Brasil, na ordem de 44 mil mortes por ano. Hoje mesmo saiu um estudo, feito nos Estados Unidos, comprovando que a qualidade do ar foi um dos piores vetores na propagação da Covid. Fazendo uma relação direta entre esta pandemia e doenças, e a gente está por questões climáticas para ver só esse quadro piorando. Quanto à segurança viária, eu não tenho os números detalhados de Porto Alegre, mas pela quantidade de mortes, tem um componente de carros importante.

Então, faz todo sentido, do ponto de vista econômico, exercer essa taxação de externalidades, e eu ousaria aqui ser mais ambicioso do que o projeto da Prefeitura está colocado, imagino que deveria se estender para toda a cidade no sentido de, de fato, reduzir o congestionamento de uma forma mais ampla, não setorizar com relação a um local, e também possibilitar, talvez, valores menores ou arrecadação maiores, mas que, de fato,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

essa taxação de externalidades também deveria envolver a questão de automóveis estacionados. Uma das grandes coisas da pandemia foi discutir o espaço público, o que é mesmo o espaço público e a quem ele pertence que são as pessoas. Eu imagino, e assim como vocês também devem entender, que um automóvel estacionado nada mais é do que a extensão da casa de alguém colocada num ambiente público, e isso também deveria ser devidamente cobrado. Isso tudo revertendo para o transporte coletivo, para que a gente possa, obviamente, ter um transporte melhorado, um transporte com menos emissões, com veículos melhores, com uma rede mais eficiente, obviamente que não podemos tratar de subsidiar a ineficiência. Bem, paro por aqui, mesmo porque já ocupei meus cinco minutos. Muito obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado ao Sr. Toni Lindau. O Sr. Antônio Augusto Lovato, da Associação dos Transportadores de Passageiros – ATP, está com a palavra.

**SR. ANTÔNIO AUGUSTO LOVATO:** Boa noite a todos. Boa noite Ver. Reginaldo Pujol; Rodrigo Tortoriello, Fábio, Lindau, Albano e demais integrantes da plenária. Primeiramente, gostaria de fazer um breve relato, pois Porto Alegre foi uma cidade que sempre fez propostas muito interessantes para o desenvolvimento e a qualidade do transporte urbano, ou seja, Porto Alegre sempre foi uma provedora de soluções para o transporte público, principalmente no sistema de ônibus. Mas, no final da década de 1980, o investimento em infraestruturas meio que pairou no ar e deixou de acontecer. Porto Alegre perdeu muito espaço de lá para cá, principalmente em qualidade de infraestrutura, ou seja, a interface entre o usuário do transporte coletivo e o ônibus de uma forma geral praticamente degradou muito, principalmente na questão de parada e na questão de corredores.

Eu costumo dizer que nós temos os melhores ônibus do mundo. A Marcopolo é a maior exportadora mundial de ônibus, chegou a ter 5, 6 fábricas espalhadas pelo mundo inteiro. Temos a Neobus, a Mascarello, ou seja, o Brasil é um grande produtor de ônibus, o nosso problema está na interface do nosso negócio, que é um motivo muito importante para atrair mais usuários. Mas o que aconteceu, de final de 1980 a início de 1990 para cá, aliado à

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

questão da falta de infraestrutura que ficou minguando, foi que começamos a ter alguns problemas, principalmente no aumento tarifário e principalmente em relação ao aumento de isenções. Porto Alegre, hoje, chega a ter mais de 30% de isenções; a média das capitais brasileiras é em torno de 20%. Esse é um fator que incomoda muito e também tira muito o usuário do sistema. Mesmos assim é importante a gente ressaltar que, pelo modelo de rede que funciona Porto Alegre através de consórcios, mais a Carris com linhas transversais, radiais e circulares, Porto Alegre, hoje, tem bons tempos de viagem e tem bons tempos de espera, mas mesmo assim vem perdendo... (Problemas na conexão.) ...propriamente não existe mais ... (Problemas na conexão.) ...usuário, até porque, quando a gente vai analisar outros sistemas, que o Rodrigo colocou muito bem ali, sistemas de mobilidade urbana eficientes, de qualidade, espalhados pelo mundo inteiro, eles têm que cumprir, no mínimo, duas premissas. A primeira premissa é que não existe sistema eficiente de qualidade 100% financiado pelo usuário. Segundo, todos os operadores são 100% regulamentados, ou seja, não existe e não pode existir espaço... (Problemas na conexão.) Se unirmos essas duas premissas, nós podemos chamar a NASA para operar em Porto Alegre, que ela não vai ter condições de operar com qualidade e eficiência. Então, a gente tem que dar sustentabilidade financeira ao sistema, para o sistema rodar de uma forma eficiente e que o porto-alegrense merece. Então, eu deixo o meu recado aqui, falando especificamente isso: a gente tem que buscar um financiamento de maior qualidade e mais eficiente, buscando outras alternativas de financiamento, caso contrário, Porto Alegre, cada vez, vai perder mais ofertas de ônibus e mais oferta de viagens. Muito obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Sr. Antônio Augusto. Na dinâmica das nossas audiências públicas, nós intercalamos falas de participantes com as falas de vereadores que estão acompanhando a audiência. O primeiro vereador inscrito a falar é o Ver. Roberto Robaina.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, diretor Luiz Afonso. Bem, eu queria fazer algumas considerações. Eu não pude pegar toda a exposição do secretário Rodrigo Tortoriello, mas tenho acompanhado os projetos do governo na condição de presidente da

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

CUTHAB, que é a comissão na Câmara que trata sobre o tema do transporte, tenho acompanhado desde o início e agora, na condição de presidente, mais ainda. Nós fizemos, inclusive, um grupo de trabalho na CUTHAB, uma comissão que fez o estudo dos projetos, na época, nós tivemos uma reunião com o presidente da EPTC, o Fábio, não foi com o secretário, o secretário tinha uma outra reunião e não pôde comparecer, e um dos temas que nós tratamos... O secretário comentava da votação de ontem na Câmara em relação à taxa da EPTC, que foi aprovada, uma proposta do governo que foi aprovada. E eu sou contrário a muitos pontos do projeto, a muitas medidas, porque é um pacote de medidas. A primeira medida sobre a qual fiz uma oposição muito ferrenha foi em relação ao tema do início da extinção dos cobradores. Também sou contrário à medida sobre o pedágio e à questão dos aplicativos. No tema dos pedágios, pelo que o secretário falou, há uma mudança do governo: vai ser mais ligado à entrada do Centro de Porto Alegre, embora eu considere mais racional do que a outra proposta, que eu achava muito equivocada. Eu continuo achando que, nas condições políticas que nós temos, do tipo de debate público que nós temos, não há condições de uma proposta desse tipo ser aprovada. Acho que não há debate suficiente na sociedade, não tem uma acumulação cultural na sociedade para fazer com que uma medida dessas seja aprovada, porque a população também está sendo muito penalizada em Porto Alegre. Agora, tem uma proposta – e o secretário conhece bem a minha posição – que eu tenho me batido por ela, sou a favor dela, que é a taxa de mobilidade urbana. Eu considero que o governo, infelizmente, e aí foi uma opção porque nós temos... Eu, como presidente da CUTHAB, me coloquei à disposição do secretário, o secretário sabe disso, não foi por falta de vontade, eu reconheço isso, acho que o secretário buscou dialogar, mas foi uma linha de governo não fazer esse diálogo aberto na Câmara para aprovar essa proposta. E nós já estamos chegando praticamente ao final do mandato, um prefeito que perdeu muitas condições de governabilidade. Então, o secretário apresentou uma proposta boa e uma proposta boa e estruturante, porque essa proposta, em si mesma, já permite ter um impacto enorme na tarifa, permite ter um impacto enorme para garantir o subsídio do sistema, porque o sistema sem subsídio realmente não tem como funcionar, e coloca a cidade em condições muito melhores. Na minha opinião, inclusive, exigiu o serviço de qualidade. Vocês sabem que eu tenho uma posição de que o

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

transporte de ônibus deve ser público, mas a realidade é outra, e eu mesmo nasci nessa realidade. Reconheço que nós temos que funcionar com um sistema de subsídio, mas, ao mesmo tempo, precisa haver cobranças, no caso das empresas, para fazer o serviço bem feito e não como hoje, infelizmente, tem ocorrido, de carregar toda a crise nas costas dos rodoviários. Mas isso é um outro tema, a audiência aqui é para tratar de dois projetos: o projeto ligado ao pedágio, que acho, pelo que entendi, o governo está fazendo a modificação sobre a... (Problemas na conexão.), pelo que entendi da exposição do secretário; e o tema esse da taxa de mobilidade urbana, que é uma medida que, efetivamente, pode provocar uma mudança importante. O que eu não tenho visto, e sou muito sincero, uma disposição do governo de realmente lutar por essas medidas. Essa minha posição não é nova, nós praticamente ganhamos a CUTHAB toda para sustentar essa posição. Se há uma comissão na Câmara que trata do transporte com essa posição, se o governo realmente tivesse interesse em aprovar essa medida, sinceramente, se teria força para isso. Agora, o tempo passou, as condições de governabilidade do prefeito Marchezan estão muito piores, então, já não sei como é que vai andar essa medida na Câmara. De toda a forma, eu fiz questão de me manifestar para expressar esse posicionamento. Acredito que, sim, que tem que ter uma mudança no funcionamento, que tem que ter alguma medida de impacto aprovada para podermos sair de uma situação de crise crônica, de tarifas elevadíssimas e de serviços mal prestados, agregando ainda, nessa situação atual, muitos maus-tratos aos próprios trabalhadores das empresas de ônibus que operam aqui em Porto Alegre. Basicamente, é isso, agradeço pela oportunidade e sigo acompanhando a audiência.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Sr. Marcus Coester está com a palavra.

**SR. MARCUS COESTER:** Boa noite a todos; boa noite ao Presidente Reginaldo Pujol; secretário Tortoriello, prazer revê-lo. Queria trazer aqui uma contribuição como cidadão, em primeiro lugar, mas também como empresário de Porto Alegre, como dirigente empresarial. Nós somos uma empresa especializada em tecnologia de transporte e participamos em

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

todo o mundo de fóruns, de debates, seminários, de projetos de mobilidade. Esse processo começa a nos dar uma visão bem nítida de que o desenvolvimento social econômico, tecnológico, tudo isso está relacionado, estamos entrando numa era de cidades, as cidades é que vão comandar a vida onde vivemos, mas também vão comandar a vida econômica, os investimentos, as empresas querem ir para as cidades, têm qualidade de vida, segurança, transporte de qualidade, e isso a gente vê quando viaja para Paris, Nova York, a gente fica pensando “Pô! Que cidade legal, moderna, etc.”. O que está por traz disso? São essas condições de infraestrutura, de conhecimento, de educação, enfim, que trazem um ciclo virtuoso. Infelizmente, eu, como porto-alegrense, lamento dizer, reconhecer que estamos perdendo essa corrida. Porto Alegre está ficando para trás, Porto Alegre, nos anos 1980, era uma cidade que tinha uma visibilidade internacional muito melhor do que hoje. Ninguém conhece Porto Alegre, além do Atlântico, e isso é lamentável, porque nós perdemos gente, nós perdemos empresas, nós perdemos economicamente, e a gente não consegue melhorar a cidade que a gente gosta na qual a gente mora. Queria parabenizar a Prefeitura de Porto Alegre, o secretário Rodrigo Tortoriello por essa proposta. Eu não tenho condições de fazer aqui uma análise técnica, criteriosa de cada ponto do projeto de lei, mas tenho que reconhecer a importância conceitual dessa proposta, ela propõe uma mudança. O Toni Lindau falou uma coisa superimportante, que é o espaço das ruas e avenidas. As ruas e avenidas são, disparado, depois das pessoas, obviamente, o maior ativo de uma cidade, de uma prefeitura, os prédios, etc., não têm muito valor. É só fazer a conta do custo de uma desapropriação, quanto custa fazer uma desapropriação, vocês vão ver que o valor das ruas e avenidas é o maior patrimônio de uma cidade. E aí a gente põe lá pavimentação, põe acabamento, põe cordão de calçada para, muitas vezes, ficar ali um automóvel particular estacionado e, ao lado, não tem uma calçada boa, não tem uma ciclovia e não tem um sistema público condizente com uma cidade moderna, porque essa era do automóvel acabou, isso aí é outro momento agora, se nós não tivermos esse sistema de transporte em nível internacional, nós vamos continuar comendo poeira. Então, essa é a contribuição que queria trazer aos senhores e às senhoras, lembrar que todas as diretrizes internacionais e legais, inclusive no Brasil, determinam uma ordem de prioridade, primeiro vem o pedestre, não é nem o transporte público, é o pedestre, depois vem a



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

bicicleta, depois vem o transporte público, depois, finalmente, se sobrar espaço, o transporte privado. Então, nós ainda temos uma mentalidade de transporte privado. Se nós quisermos ser modernos, não é esse o caminho, isso eu posso assegurar para vocês, com certeza. Mais uma vez, acho que o conceito é muito bom, a discussão do detalhe, acho que aí cabe, obviamente, à Câmara Municipal fazer o ajuste adequado, melhor possível, também temos limitações econômicas no processo todo, mas de qualquer maneira, acho que é um grande passo, no mínimo, secretário, a discussão é extremamente válida. Muito obrigado. Boa noite.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Foi muito interessante ouvir as três falas, além da do secretário, e quero dizer que o secretário Tortoriello está apresentando um conjunto de propostas que têm sentido não só para Porto Alegre, mas para outras cidades. Não é uma coisa de outro mundo, mas o problema é que passaram três anos e meio da atual gestão e não será agora, neste afogadilho, no meio de uma pandemia, que nós vamos resolver o problema do financiamento do transporte coletivo de Porto Alegre com essas medidas. A medida de ontem foi muito limitada, outras medidas deveriam ter sido tomadas, mas na questão, por exemplo, das isenções, me desculpe, Lovato, mas a ATP tem culpa no cartório. Porque não é só pelas isenções que nós temos esse problema, os senhores empresários da Região Metropolitana – e nós temos que discutir a questão da conurbação metropolitana –, os senhores não dialogaram com a ATM e a ATM não dialogou com a ATP e muito menos com a interligação e a interface com o metrô. Então, a culpa também não é só dos governantes, muito menos desta Câmara Municipal que sempre puxou o debate para as questões metropolitanas. Aqui eu não estou fazendo nenhuma provocação, estou tentando ajudar este debate que vai continuar por muito tempo, muito tempo. Eu acho que a chamada taxa de mobilidade urbana não tem condições de vingar neste momento porque há algumas questões de ordem jurídica constitucionais e para que não houvesse nenhum

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

questionamento na justiça deveria ter sido feita toda uma articulação, talvez de anos, com os empresários para resolver essa questão e talvez uma pequena mudança na legislação federal. Agora, a chamada tarifa de congestionamento é muito interessante, mas eu quero lembrar que em Londres houve uma demora de três anos para começar essa operação, e um prefeito se elegeu claramente em cima dessa questão, e não é tarifa, na verdade é uma taxa, e aí vem outro imbróglio jurídico. Os senhores puderam ver que, das pessoas que falaram, independentemente da sua posição, não têm uma divergência ideológica, conceitual. Falou o Coester que tem uma experiência desde a época do seu pai, como também o representante da ATP, o Lindau, enfim. É um debate necessário, vai ter que se fazer esse debate, agora, eu já vou dizer de antemão que esse debate não vai vingar hoje nas condições políticas que estão colocadas na Câmara, pela falta de tato do prefeito municipal. E a questão dos abrigos, Tortoriello, vai me desculpar, nós fizemos uma discussão interessantíssima sobre o mobiliário urbano, sou um dos autores da nova legislação, eu quero estudar melhor esse edital que vocês colocaram, porque vários editais da Prefeitura ultimamente dão deserto ou eles estão sendo feitos de uma forma tal que tira fora as empresas locais, como foi a questão dos relógios. É uma barbaridade isso, Porto Alegre não precisa de 168 relógios, vocês vão me desculpar, mas isso é uma coisa que afronta a cidade de Porto Alegre. E os abrigos, eu queria acompanhar um pouco mais, eu não consegui ler em detalhe a proposição, prometo fazê-lo porque tenho sido um vereador cauteloso e, como vocês podem ver nessa discussão, eu não tenho uma anteposição conceitual, eu só estou dizendo o seguinte: que, no atual estágio do debate em Porto Alegre, muito precário, os técnicos não participaram, a sociedade civil não participou, nós estamos fazendo uma plenária virtual, e hoje em dia quem precisa de transporte coletivo de passageiros é o pessoal da periferia. O Fábio sabe que eu todo o dia vivo atormentando o presidente da EPTC com os problemas de ônibus. Todos os dias. Nós, felizmente, semana passada, o Ver. Paulinho Motorista e eu tivemos êxito com um consórcio da Zona Sul e conseguimos uma mediação, mas não vai vingar. Eu quero agradecer a deferência dessa escuta. Obrigado e boa noite.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Adeli Sell. O engenheiro João Fortini Albano, que representa a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

**SR. JOÃO FORTINI ALBANO:** Boa noite a todos, eu estou de certo modo surpreso, achei que teríamos debates aqui bem mais radicalizados e, digamos, emocionais, principalmente com relação à taxa de congestionamento, porque ela, por si, já traz uma polêmica. Desde a implantação dos pedágios rodoviários, existe, sempre que se fala em taxa de congestionamento, porque, na verdade, não deixa de ser um pedágio também, só que urbano. Há sempre reações muito grandes do mundo político e dos usuários do sistema, de uma maneira geral. O usuário do sistema viário diz assim: “Por que eu vou pagar? A rua sempre foi de graça, por que eu vou ter que pagar agora?”. Então, existem muitas rejeições, muitas discussões. Com relação às rodovias, hoje, nós estamos cobrando do governo Leite, assim como nós cobrávamos do governo passado, do governador Sartori, agilização para fazer as concessões das rodovias estaduais, e isso tem se arrastado com bastante prejuízo para a população. Então, muitos que antes reclamavam do pedágio estão pressionando o Executivo Estadual para que esse processo tenha andamento, mas realmente o processo é bastante polêmico. Na questão da taxa de mobilidade urbana, realmente, alguns empresários vão recolher menos, outros vão recolher mais, enfim. Esses que vão recolher mais estariam dispostos a fazer esse sacrifício, digamos assim, sem esperar? Não sei se isso, Tortoriello, está bem discutido com o mundo empresarial. Eu vejo também, como óbice, um conflito com a legislação federal. Existe uma legislação federal que instituiu o vale-transporte. Então, deveríamos verificar se não tem que haver alguma alteração, alguma integração maior com a legislação federal.

Como grande benefício, eu vejo que haverá um montante maior de recursos canalizados para o transporte por ônibus e um universo bastante ampliado de usuários. Antes, eram só aqueles que requeriam o vale-transporte e se habilitavam; hoje, nós teremos todos os empregados de carteira assinada potencialmente capazes de utilizar o transporte urbano por ônibus, em função de um cartão que está sendo chamado de passe livre. Então, no

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

geral, nós achamos muito positivos alguns retoques de discussão, acho que ainda devem ser encaminhados.

Com relação à taxa de congestionamento, eu volto aqui ao assunto que o meu colega professor Lindau, do WRI, falou: todo veículo, ao ingressar num fluxo de tráfego, ocasiona um custo social. Custo social porque, quando chega ao ponto de congestionamento, nós temos os valores máximos de perda de tempo, e o tempo é um dos valores máximos da modernidade – valor muito importante considerado pela modernidade. Nós temos a poluição do ar, nós temos a poluição sonora, nós temos um consumo adicional de energia decorrente do para e anda, nós temos acidentes gerados por esse uso do sistema. Então, esse custo social, eu pergunto, quem paga? Cabe a quem compensar essas perdas todas? Uma das justificativas para a implementação da taxa de congestionamento na nossa área central é para diminuir, amenizar o congestionamento naquela região e, por consequência, baixar ao máximo esse custo social. Mas a outra grande vantagem que eu vejo da taxa de congestionamento é que esse valor arrecadado vai ser canalizado para operação do transporte coletivo, uma vez que o nosso transporte coletivo é 100% financiado pela tarifa – isso já está desaparecendo em quase todos os lugares do mundo. Bom, o que tem que se fazer é explicar muito bem para a população que esses recursos vão para o transporte coletivo, uma campanha de esclarecimento. É ruim ter que cobrar pedágio? É, ninguém gosta. Significativas melhorias para o nosso transporte coletivo. Isso já está sendo feito em muitas cidades do mundo, como já foi falado aqui, Nova Iorque, Santiago do Chile, Londres, Estocolmo, Milão, Singapura.

Nós, na Sociedade de Engenharia, por determinação da firme liderança do nosso para Luís Roberto Ponte, estamos estudando essa temática e todo esse conjunto de projetos que a Prefeitura encaminhou para a Câmara de Vereadores, estamos aprofundando os debates e vamos encaminhar para o secretário de Mobilidade Urbana. Espero que tenha andamento, é uma coisa que já foi feita por muitas cidades. Essa questão da taxa de mobilidade, do pedágio urbano, não começou a operar, não entrou em implantação depois de uma discussão, de uma aprovação numa câmara de vereadores. O Ver. Adeli falou isso, isso foi discutido por muito tempo com a população, com as entidades representativas, com os políticos, para que depois fosse bem entendido e aceito. Então, partindo da Sociedade

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

de Engenharia, nós vamos encaminhar uma proposta de uma implantação, por um período de seis meses, oito meses, um ano – vamos detalhar bem qual seria o período mais adequado –, para uma avaliação do processo: vai funcionar, não vai funcionar, está adequado, não está adequado, a população usuária teve um entendimento. Há muito medo de que o comércio da área central tenha enormes prejuízo. Então, menos carros irão ao Centro, mas, em compensação, se a tarifa do transporte coletivo diminuir, mais usuários do transporte coletivo irão ao Centro. Será que vai haver uma compensação, a ponto de não prejudicar o comércio? Os pontos de estacionamento, como vão funcionar? Qual será a repercussão? Então, não se pode, em dois ou três meses, discutir e ter conclusões seguras sobre essa questão toda, uma questão tão polêmica. Então, vamos encaminhar essa proposição de implantação da taxa de congestionamento por um período para avaliação. Prezado diretor legislativo, essa era a minha participação, a nossa contribuição da Sociedade de Engenharia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Muito obrigado, professor Albano. Temos agora uma pequena alteração no comando dos trabalhos. O Ver. Reginaldo Pujol precisou se afastar neste momento, e o Ver. Airto Ferronato, 3º Secretário da Mesa, assumirá a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Airto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Por estar presidindo os trabalhos, falarei ao final.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Saúdo o Ver. Ferronato, que assume a presidência desta audiência. Quero fazer uma saudação ao secretário Rodrigo, ao Fábio, ao Lovato, ao Lindau, ao Coester, ao professor Albano, ao Carlos Martins e ao Carlos Pires. Falaram o Robaina e o Adeli e está presente a Karen. Em resumo, estou falando o nome de várias pessoas, e o primeiro ponto que quero levantar aqui é sobre o que o professor Albano trouxe. Eu achei que teria uma efervescência neste debate. Eu olhei antes de falar, estamos em 32 participantes, contando a Diretoria Legislativa, contando toda a assessoria técnica – vi que tem alguns jornalistas que nos acompanham. Portanto, eu me preocupo muito, porque, dificilmente, nós, os 32 presentes, representamos... A gente sabe todos os limites das audiências públicas, mas, efetivamente, há um déficit de debates, e o próprio professor Albano trouxe esse tema, o Adeli também trouxe, deu o exemplo de Londres. É o que nos preocupa. Eu não vou repetir, eu poderia, simplesmente, dizer que assino embaixo do que o meu líder, o Ver. Adeli Sell, falou. Nós estamos muito preocupados, porque os projetos trazem, conceitualmente, aquilo que nós concordamos, com a sua atualização, mas a questão é a forma como são colocados – e no meio de uma pandemia! Lembrando que foi chamada uma reunião extraordinária, no começo de janeiro, para votar os projetos. Não é da tradição de uma cidade como Porto Alegre não ter um debate prévio. E o fato de nós estarmos aqui numa audiência pública que caminha, digamos assim, para um consenso, mas com baixa participação, ao contrário do que possa parecer, que está tudo resolvido, eu digo que não está, ou seja, as pessoas debaterão fortemente esse tema. Nós, infelizmente, não estamos, neste momento de pandemia, preparados para isso. Esta é uma fala de preocupação, porque há uma qualidade – e quero parabenizar o secretário Rodrigo pelo estudo dos projetos, pela atualização dos projetos –, mas, ao mesmo tempo, o método como foi proposto pode atrapalhar o conteúdo dos projetos. Eu nem falo aqui do contexto da Câmara, que, com uma baixa participação dos vereadores – não quero fazer uma crítica, os vereadores têm as suas atividades, eu, muitas vezes, não consigo participar das audiências públicas –, mostra um pouco também que esse debate todo deveria ser muito mais participativo, muito mais efervescente.

Fica só uma fala de saudação e de preocupação de que esses projetos que possam ter um conteúdo correto – e de fato têm – não possam, na operação e na formação do consenso

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

político, conseguir chegar ao seu destino. Fica aqui uma saudação e os meus parabéns a todos os que se dedicam a uma mobilidade urbana mais justa para a cidade. Obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Marcelo. O Sr. Carlos Martins, da E-24 Mobility Lab, está com a palavra.

**SR. CARLOS MARTINS:** Boa noite. Saúdo a todos. Para mim é uma novidade participar de uma audiência pública, então já peço perdão caso eu falte com alguma formalidade aqui. Então, me apresentando, para quem ainda não me conhece, eu vejo alguns conhecidos aqui, eu sou diretor do E-24 Mobility Lab, que é um instituto de ciência, tecnologia e inovação que foi fundado há um ano e tem com um dos enfoques a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, com bastante ênfase em nova mobilidade, ou seja, desenvolvimento de baterias, motores. Tivemos já um projeto aprovado junto a uma indústria de Porto Alegre, a Fueltech, que garantiu R\$ 1 milhão, vindo do Rota 2030, e isso então já garantiu aí 22 postos de trabalho. Um dos grandes objetivos é gerar emprego através da mobilidade. Enfim, somos um instituto fundado bem recentemente, mas que já vem trabalhando no sentido de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e, por outro lado, também tem a questão da mobilidade humana, e é por isso que a gente traz para o debate também, através do POA Inquieta, que é um grupo do qual faço parte também, eu não sei se todos conhecem, é um grupo formado há mais ou menos dois anos, e eu sou um dos articuladores do *spin* voltado justamente para a mobilidade, e temos tido discussões de bom nível lá, o próprio Toni Vidal participa desse grupo, e eu pedi a fala para destacar que, por acaso, hoje foi lançada – agora há pouco, às 17h – a carta aberta do movimento POA Inquieta voltada à comunidade, mas principalmente aos políticos da cidade. E eu não vou ler a carta inteira, mas a mensagem central da carta aberta é uma mudança de modelo mental dos quatro anos de mandato. Isso vem bem ao encontro do tema de hoje porque, claramente, como já foi mencionado por alguns, essa pauta do projeto do Rodrigo, o projeto do Executivo, está trancada, não está num bom momento para ser votado, enfim, por questões políticas, há eleições, *impeachment* rolando, enfim, uma série de fatores que todos sabem bem, mas acaba ficando mais trancada do que deveria em função disso.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

Então, quero reforçar aqui o recado do POA Inquieta, de dialogar com a sociedade, o POA Inquieta é uma das vozes, há outros coletivos trabalhando, que estão surgindo, que por acaso surgiram ainda no ano de 2018, o próprio Pacto Alegre, encabeçado pelas universidades, que começou com o Aliança para Inovação e derivou para o Pacto Alegre, inclusive o E-24 é um dos projetos que tem um apoio do Pacto. Então, eu queria basicamente trazer essa mensagem de já, a partir de agora e para os próximos anos, cada vez mais consultar esses coletivos, ouvir, para que o debate não fique só na Câmara. Eu participei, a convite também, de debates com pré-candidatos, fui convidado por indicação, não tenho vinculação partidária nenhuma, mas em função... (Problemas na conexão.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Tivemos uma interrupção na transmissão.

**SR. CARLOS MARTINS:** Eu encerro a minha fala por aqui, era basicamente trazer o recado da carta do POA Inquieta e, por último, comentar que o projeto do Executivo, eu acho que, de forma geral, é um projeto muito de vanguarda, muito avançado e que mereceria, na minha opinião, uma aprovação total, em todas as suas medidas. Agradeço e encerro aqui a minha fala.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Muito obrigado, Sr. Carlos. Informo que, daqui para diante, seguirá no comando da Diretoria Legislativa o Sr. Sandro Pires Brenner, diretor adjunto.

A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa noite. Quero saudar esta audiência pública, acho que é um momento importante de estarmos conseguindo conversar sobre os projetos que estão em tramitação. Primeiramente, quero lembrar que Porto Alegre passou quase vinte anos sem um processo de licitação das empresas de ônibus da cidade. O edital de concorrência de 2015 não resolveu os problemas de qualidade do transporte coletivo do ponto de vista do usuário principalmente. Todas as metas de qualidade, de 2015 até o ano



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

atual, não foram cumpridas pelas empresas de ônibus. E eu acho que isso aí é importante de colocarmos em consideração inclusive por essa opção do trabalhador porto-alegrense, essa opção pelo carro individual, e como é que a gente consegue trabalhar também dentro dessa perspectiva de qualificar os ônibus, sobretudo nos horários de pico, neste momento de pandemia, que a gente vem enfrentando. A gente passou por diversas situações de superlotação do transporte coletivo, uma má qualidade, e eu acho que a gente tem que levar isso em consideração na hora de a gente pensar os projetos de mobilidade urbana: as opções que as pessoas fazem estão condicionadas à qualidade de serviço que é prestado, e, infelizmente, o edital de concorrência não conseguiu dar conta nem das questões previstas no edital, quiçá das promessas de GPS, de ar-condicionado, do índice de quebra, enfim, diversas questões.

Outra dívida muito importante que hoje as empresas de ônibus têm com os cofres públicos, de quase R\$ 60 milhões da taxa da CCT, da Câmara de Composição Tarifária, foi um valor que não foi repassado. A não constituição do fundo de mobilidade, sobretudo para abater no valor da tarifa, não foi criado, inclusive as empresas recebem por lei a isenção do ISSQN e não repassam o valor das multas. Nem sei se as multas estão sendo cobradas, e se estão sendo cobradas, para onde estão sendo alocados esses recursos. Enfim, todo aquele projeto que foi discutido amplamente em 2015, em diversas audiências públicas, não conseguiu dar conta de qualificar, e o principal é conseguir disponibilizar o acesso e a transparência para a população e para nós, para os vereadores cumprirem seu papel de fiscalização. A gente representou, no mês passado, no Ministério Público de Contas, essa denúncia em relação aos R\$ 60 milhões que não estavam sendo depositados, que não estavam sendo transferidos, pagos pela empresa para a Câmara de Composição Tarifária, e a dificuldade que a gente teve para conseguir ter acesso a esse endividamento. Então acho que ter acesso à transparência, aos dados, à construção e à participação popular, desde os rodoviários aos trabalhadores de aplicativos, aos usuários de ônibus, é importante a gente conseguir, para além dos pacotes picadinhos que estão vindo para nós, para os vereadores decidirem, a gente tem que pensar um pacote, um projeto de mobilidade. Sou a favor de qualquer tipo de lei que possibilite o incentivo do transporte coletivo. Tem o impacto diferente no meio ambiente, tem um impacto diferente da utilização das vias

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

urbanas, em âmbito de acidentes de trânsito, melhora a vida de quem utiliza a bicicleta para se locomover, só que a gente tem que pensar esse projeto em combinado, mas subsídios, incentivos à utilização do transporte coletivo pressupõe a gente ter acesso às contas públicas, ter uma auditoria da bilhetagem, que até hoje não tivemos acesso, para saber onde estão sendo depositados os recursos das passagens antecipadas, qual é o lucro, qual é o rendimento desses valores que todo início de ano são depositados na ATP. São questões que estão na ordem do dia e a gente vem denunciando porque a passagem de ônibus na cidade é cara, o ônibus é tricarro, trilotado, tridemorado, aumenta o valor da passagem sempre acima do valor da inflação, e a gente não consegue ter um controle, uma transparência em relação a esses recursos, os recursos da passagem da bilhetagem antecipada que as pessoas depositam no seu Tri, a gente não consegue ter uma dimensão de quais são os problemas técnicos, logísticos que fazem com que a gente tenha um transporte tão ruim, sobretudo nos horários de pico, com poucos ônibus, com muitas quebras – aumentou o horário de utilização das frotas –, e isso é um problema da cidade, pois, com certeza, as pessoas vão fazer a opção de utilizar seu carro individual, o que gera congestionamento, o que gera poluição, o que gera acidente de trânsito, o que gera todo esse caos que a gente está vivendo e que também causa, é importante colocar, o *boom* dos aplicativos enquanto uma alternativa de trabalho precário e que está sendo uma opção de vida para diversos trabalhadores tendo em vista a crise estrutural de desemprego que vivemos no nosso País. Tudo está combinado, acho que a gente precisa pensar também globalmente num projeto de mobilidade que consiga pensar um processo para a gente ir resolvendo e equacionando essas questões. Vêm de uma forma picotada, num governo como este, autoritário. A gente teve que segurar o projeto que queria extinguir gradualmente a função dos cobradores de ônibus, potencializando o desemprego e tornando o transporte ainda mais precário. São projetos desse tipo, que também não nos ajudam a avançar nessa discussão. A gente precisa encarar com os técnicos, com o setor político da nossa sociedade, mas sobretudo com os usuários e com os rodoviários, que vêm sendo muito penalizados por essas opções dos empresários de ônibus, e também muito penalizados por uma gestão que simplesmente não permitiu a nós, vereadores, que temos a função de fiscalizar, contribuir com a construção desses projetos porque a gente simplesmente não

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

teve acesso... (Problemas na conexão.) ...governo autoritário, do tipo Marchezan, que não conseguiu avançar num problema que estourou na pandemia, mas que não é um problema da pandemia, é um problema que quem usa o transporte público consegue perceber o desenvolvimento desse fenômeno que simplesmente nos deixou de mãos atadas e não se conseguiu pensar em alternativas.

E aí, de novo, para a gente conseguir avançar nesta discussão, acho que são importantes espaços como este, audiências públicas com participação, para tentar ter mais participação popular para as pessoas entenderem e fazerem parte dessa construção, desse convencimento de por que o transporte coletivo tem que ser incentivado em detrimento do transporte particular— todo mundo quer ter um carro! São questões que a gente precisa avançar com a comunidade porto-alegrense, para isso o debate, para isso transparência e, para isso, a vontade de construir. Nós temos vontade de construir, porque a gente usa o transporte coletivo, a gente quer um transporte melhor, só que precisamos também ter maior maleabilidade, melhor jogo de cintura do governo, porque com um governo desse tipo a gente não conseguiu avançar nessa construção. Com isso, quero contribuir também com algo que a gente vem debatendo, vem discutindo em âmbito de mandato, e quero saudar novamente esta audiência pública.

**SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa):** A Sra. Giovana Albo Hess está com a palavra.

**SRA. GIOVANA ALBO HESS:** Boa noite. Vou me apresentar, sou chefe de gabinete da Empresa Pública de Transportes e Circulação; antes disso, sou técnica do quadro, minha formação é jurídica, eu já acompanhei, juntamente com outros colegas, as discussões sobre a mobilidade. Eu gostaria de deixar aqui o meu relato e a lembrança de um contexto dessa discussão, porque vejo que ela se potencializou nos últimos meses, ou no último ano, mas principalmente a questão das receitas extratarifárias é um debate que, na realidade, não é novo em Porto Alegre, no sentido de que não que não sejam novas as propostas, mas não é nova a discussão da inserção da receita extratarifária nos contratos da concessão dos ônibus. Lá em 2011, 2012, nos primeiros editais, nas primeiras

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

discussões foi, inclusive, uma provocação de vários órgãos, da população, e, principalmente, na época – eu posso falar isso porque recorro inclusive da própria solicitação –, do Tribunal de Contas do Estado, que acompanhou muito bem aquele processo e colocou para a administração da época a necessidade de haver uma cláusula de receitas extratratárias. Essa discussão veio, inclusive, na época da audiência pública que foi feita por um outro momento, que foi o do contrato de concessão, e em todas as discussões que aconteceram de forma muito presente e muito forte, na época, como é normal de um processo assim. Então, gostaria de deixar que para nós, técnicos, este momento é extremamente importante, porque ele, de alguma forma, é a continuidade, a conclusão de uma discussão que não é nova no sentido de receita extratratária, não é nova no mundo, mas não menos importante por isso. Ela já existia em 2010, 2011, 2012, poderia até talvez ter outro nome, mas se vocês quiserem olhar o edital, o contrato é público, está no *site* da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre, Edital nº 001/2015, está expressa lá a obrigação de se pensar receitas extratratárias. Posteriormente, em 2017, 2018, se não me falha a memória, já houve encaminhamento de um projeto de lei nesse sentido, para a Câmara de Vereadores, que, infelizmente, acabou sendo rejeitado – se não, a gente talvez não estivesse aqui discutindo neste momento, a gente poderia já ter outras ferramentas de colocar para a população uma tarifa mais baixa. Eu ressaltai, e vou ressaltar novamente, para vocês: estou tentando ser mais técnica possível, porque há muitos anos eu trabalho na empresa pública, acompanho essas discussões, às vezes a gente está certo, às vezes está errado, mas a grande questão é que a discussão das receitas extratratárias e dos projetos, sejam quais forem, é extremamente importante para a sociedade. Quem vai saber é a população, então acho que é extremamente importante, e é a população trabalhadora que vai perder. Eu fico pensando que nós queremos falar de meio ambiente, de mobilidade sustentável, mas quando deixamos de discutir sobre receitas extratratárias, ou quando não as discutimos de forma detalhada, como elas merecem, de alguma forma estamos deixando, vamos dizer assim, o carrocentrismo chegar à frente, a gente está deixando que o transporte individual continue se sobressaindo. Outros participantes da audiência falaram que a forma como a gente quer a cidade é que vai levar adiante aquilo que a gente quer discutir, pensar; então a forma como nós vamos levar as cidades adiante,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

como nós vamos pensar em cidades educadoras, resilientes – enfim, existem vários termos – e como nós queremos isso.

Quero aqui, volto um pouquinho agora para uma outra posição, seja como técnica ou como chefe de gabinete, tenho certeza que vários outros colegas que não estão aqui também, me deixar à disposição para a discussão, porque as receitas sempre foram uma discussão, sempre foram uma preocupação e, em outros projetos ou neste, elas precisam ser debatidas. O futuro da discussão do transporte coletivo público passa pelas receitas extratarifárias, pela forma como nós vamos priorizar o transporte. A gente pode começar por pequenas partes. A Ver.<sup>a</sup> Karen coloca – com todo respeito, vereadora – que a gente vai de alguma forma picotando, mas a gente tem que começar por algum momento, por algum ponto. Então, era nesse sentido de contribuir com essa reflexão. Agradeço a oportunidade, obrigada.

**SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa):** O Sr. Fábio Berwanger Juliano está com a palavra.

**SR. FÁBIO BERWANGER JULIANO:** Boa noite a todos. Quero saudar a Câmara de Vereadores por mais esta iniciativa, este evento; saudar o Ver. Ferronato, que está presidindo; os demais vereadores – Sgarbossa, Adeli Sell, Karen, Robaina; saudar o secretário Rodrigo, o Coester, o Albano, todo pessoal que estava aí hoje contribuindo para a mobilidade. Eu vou falar rapidamente, porque acho que a apresentação do Rodrigo já foi muito completa e a Dra. Giovana também completou a fala. Parece que ficou bem claro que todo mundo que está hoje aqui, realmente, são aqueles vereadores, as pessoas que pensam na mobilidade de Porto Alegre, que gostam do assunto, que estão preocupados. Como o Ver. Adeli falou, ele constantemente me liga para tentarmos resolver alguns problemas pontuais, algumas questões na cidade, então ele está sempre preocupado com isso, e a gente tem a oportunidade agora então de tratar de alguns assuntos. Ontem se conseguiu a aprovação de 3% da CCT, foi importante, mas eu não acho que deve ser um ano perdido por causa da pandemia e das discussões políticas, que não tem clima. Dizer que foi no último ano... O governo só tem quatro anos, a gente pode às vezes achar que é

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

muito, mas pode ser pouco para implementar grandes mudanças no sistema de uma capital, lembrando que o secretário Rodrigo Tortoriello, que hoje comanda a pasta da mobilidade, chegou em Porto Alegre há um ano e pouco, então no mesmo ano em que chegou ele já apresentou os projetos. Eu ficaria até triste se a gente perdesse, este ano, a oportunidade de discutir alguns projetos que pelo menos a gente vê que há sensibilidade até por parte de vereadores que são declarados da oposição, como do Robaina, do Adeli, do Sgarbossa, vereadores que eu admiro pela luta. Por exemplo, a questão da taxa de mobilidade, a questão do vale-transporte, eu gostaria de dizer para o Adeli que nós não temos nenhum tipo de ideia de que há um prejuízo constitucional na mudança do vale-transporte, ela não afeta a lei do vale-transporte em nenhum caso, então dá para a gente tocar, sim, a gente precisa aprovar este ano esse projeto para que, no ano que vem, ele entre em pauta. Então me parece que a gente deveria fazer um esforço por parte de todo mundo que está aqui nesta audiência para ver se existem alguns pontos, pelo menos, em que a gente concorde, para levar a termo uma votação, porque as pessoas que andam de ônibus não têm culpa do cenário político que está acontecendo, se tem um processo de *impeachment* rolando, se tem eleição. Eu acho que a gente acaba tratando as coisas de forma diferente. Vejam bem, quando a gasolina sobe, a imprensa vai lá no posto de gasolina e entrevista a pessoa que está de carro abastecendo – obviamente que a pessoa está descontente; quando a passagem de ônibus vai subir, vai lá e entrevista a pessoa no ponto de ônibus, e ela vai dizer também que está descontente; quando a gente faz uma faixa exclusiva de ônibus, vai lá e entrevista o proprietário do carro perguntando o que ele acha da faixa exclusiva. Então alguns valores estão invertidos na nossa sociedade. Por que nós não vamos agora então nas paradas de ônibus, amanhã, os vereadores ou nós, para perguntar às pessoas que estão descendo do ônibus se elas são a favor do pedágio urbano, por exemplo? Será que elas são a favor? Nós estamos perguntando para os donos de carro se eles são a favor, então me parece que há uma incoerência. Antigamente, os motoristas de aplicativo iriam prejudicar os ônibus, agora os motoristas de aplicativo passaram a ser vítimas. A gente está sempre trazendo algumas nuances que acabam deixando que escape realmente a verdadeira intenção das coisas. Eu tenho falado isso para os jornalistas, que quando se toma uma medida qualquer para melhorar o ônibus, se entrevista o cara que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

está no carro – um absurdo! E a gente ver formadores de opinião, jornalistas importantes de Porto Alegre, pessoas já com idade dizendo que os carros estão sendo estreitados em Porto Alegre, é isso que nós estamos aceitando. Eu sempre vi o Adeli, o Sgarbossa, a Karen, pessoas que lutaram pelo transporte público, que queriam um transporte público de qualidade, que queriam modificar isso, e a gente precisa também da ajuda de vocês para modificar; não é um projeto que temos que tratar como político, simplesmente, temos que tratar como um projeto para cidade, para as pessoas. Então gostaria que vocês olhassem com mais carinho, eu falo isso porque eu conversei seguidamente com o Adeli, com o Robaina, não tenho esse problema de falar de forma mais perto nesse sentido de que a gente poderia olhar com mais carinho, sim, se não existem alguns projetos que a gente poderia votar, arrumar alguma coisa e tocar este ano ainda. O ano não pode estar perdido! A gente está aqui a esta hora da noite – são quase 21h – discutindo mobilidade, então está nas nossas mãos fazer alguma coisa. Isso foi elaborado por técnicos. O Rodrigo veio do centro do País para trazer ideias novas; nós estamos aqui com pessoas que são proeminentes na faculdade, discutindo, e eles são a favor. Então, me parece que hoje ficou mais centrado nessa questão da falta de alguém para discutir. Eu concordo que não está fácil, mas quem sabe a gente tenta, pelo menos, priorizar isso, porque quem vai ganhar são as pessoas. Dizendo “sim” ou “não”, as pessoas vão saber se, no ano que vem, vão fazer de outro jeito, se nós vamos tratar de outra forma este ano. Então, as pessoas é que têm a ganhar com isso, quem anda de ônibus é que tem a ganhar com isso. Vamos perguntar para as pessoas que andam, realmente, lá na Restinga, se elas acham que essas propostas são legais. Então, vamos inverter a lógica. Como se falou aqui, a gente passou o tempo inteiro em Porto Alegre com a lógica dos carros, e agora as pessoas que estão conseguindo vencer a pauta da mobilidade urbana são aquelas que estão dizendo que estão ficando apertadas nas ruas, com os seus carros caros, potentes, dizendo que estão ficando apertadas, e elas vão ganhar o jogo. A gente está aqui a esta hora da noite discutindo sobre uma mobilidade melhor. Então, a EPTC está fazendo de tudo e – quero dizer para a Ver.<sup>a</sup> Karen – cobrando todos, sem nenhum tipo de perdão, todo tipo de dívida e cobrança que se tem que fazer em cima das empresas de ônibus. O Lovato está aqui e sabe como a gente é rígido com as empresas de ônibus, e até demais, a gente é muito rígido, sim, e isso

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

é um direito constitucional e temos a obrigação legal de tratar o sistema de ônibus. Então a nossa preocupação é o sistema de ônibus, não são as empresas em si. É isto que a gente precisa pensar: o sistema hoje é deficitário em Porto Alegre. A gente precisa dar um jeito, como ficou bem claro aqui, não existe um lugar no mundo em que só o passageiro banca a passagem. Estou falando de uma forma bem clara: em Porto Alegre, somente o passageiro banca a passagem. Isso não tem mais cabimento! Não é que este ano eleitoral, que tem *impeachment*... A gente está com as ferramentas, neste ano, na mão, é o mandato de vocês. Se vocês, vereadores, nos disserem que não tem clima, a gente não sabe se vocês, no ano que vem, vão estar aqui; espero que vocês se reelejam, mas talvez outros virem deputados, podem ir para outros cargos, a gente não sabe. Se vocês realmente têm interesse, vamos achar uma pauta, nos chamem aí, nós vamos à Câmara, fazemos uma reunião virtual, vamos chegar a um ponto de consenso e vamos aprovar alguma coisa para que a população possa ganhar com isso. A gente está há anos pensando nisso, a gente tem uma conversa muito franca, há muitos anos, então vamos tentar fazer alguma coisa, sim, pelo transporte. Acho que tem espaço, este ano ainda, para sairmos com alguma proposta que seja mais robusta para melhorar o sistema de transporte na cidade. Muito obrigado.

**SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Em primeiro lugar, quero trazer um abraço ao nosso secretário Tortoriello; ao Fábio Berwanger, diretor da EPTC; aos vereadores e vereadoras que estão conosco; a todos que se manifestaram e falaram na reunião de hoje; a todos que estão presentes e estão acompanhando esta audiência. Meu caro Tortoriello, eu sou vereador de Porto Alegre, assumi em 1989, pela primeira vez, e participei de diversas audiências públicas – muitas delas eu presidi. Ouvindo todas as manifestações, quero dizer que nós, vereadores e vereadoras, assim como as nossas autoridades, nessas décadas, até antes, temos nos preocupado, sim, com a questão do transporte público por ônibus, dos passageiros de Porto Alegre, com a questão da tarifa do transporte público.



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

Sem nenhuma dúvida, nós temos hoje uma tarifa de ônibus que assusta a todos e prejudica, com toda a certeza, os mais pobres; na verdade, precisa, sim, de uma análise toda especial por parte da Câmara, especialmente por parte de nós, vereadores, e, principalmente, iniciada com propostas que venham do Executivo. Meu caro Tortoriello, essas propostas chegaram, e os projetos são polêmicos – eu sei que são e que vão causar diversas discussões acaloradas, não restam dúvidas. Agora, são projetos de vanguarda. Eu falo aqui por mim mesmo. Projetos, propostas pequenas que nós estamos acostumados a receber há décadas, que trazem reduções quase nulas no preço da tarifa. Nós acreditamos que esse tempo já passou; nós precisamos, sim, de projetos e propostas que efetivamente tragam reduções no valor das tarifas de Porto Alegre.

Eu quero cumprimentar a todos e a todas e quero dizer que essas propostas polêmicas, sim, vão merecer e deverão merecer uma avaliação muito especial por parte dos vereadores. Eu quero agradecer a presença e a participação de todos nesta audiência pública. Também quero dizer, em meu nome, que eu vejo com muita simpatia essas propostas que vão trazer significativas reduções nos valores das tarifas de ônibus aqui em Porto Alegre. Então, eu quero agradecer pela possibilidade de conversar, trazer um abraço a todos e dizer da importância desta bela audiência pública que fizemos. Obrigado e um abraço.

**SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa):** Obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Rodrigo Tortoriello, Secretário Municipal Extraordinário de Mobilidade Urbana, está com a palavra para suas considerações finais.

**SR. RODRIGO MATA TORTORIELLO:** Boa noite, mais uma vez, quero, em primeiro lugar, agradecer a palavra de todos, a contribuição de cada um é importante na construção de uma proposta que seja viável para Porto Alegre. Gostaria também de me colocar à disposição do Ver. Adeli – para trocar mais informações com ele – e de todos os vereadores. A gente sempre esteve à disposição. Quando for problema, Ver. Adeli, o senhor pode ligar para o Fábio; quando for coisa boa, o senhor liga para mim, aí a gente divide as ações e assim a gente conversa para solucionar as dúvidas que o senhor tem, principalmente em

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

relação à questão do vale-transporte. Nós estudamos essa questão, ela não fere a Constituição, não fere a lei do vale-transporte, isso é superado. Uma vez conversando, a gente disse que tinha que ter advogado de uma mão só, não é? Porque, quando você pergunta para o advogado: “Isso aqui é constitucional?”, ele responde: “Se, por um lado isso é assim, por outro lado pode ser... Depende da interpretação”. Então, a gente precisa contratar advogados de uma mão só que saibam fazer isso, e aí a gente só tem uma opinião para poder tocar adiante. Desculpem a informalidade, mas a gente estudou esse assunto do ponto de vista jurídico, e ele, sim, tem uma fundamentação. Se pode haver questionamento na justiça? Isso é inerente a um país democrático, em que as pessoas podem recorrer ao Judiciário para buscar o seu direito. A gente está à disposição, mas isso não é uma preocupação nossa.

Com relação aos abrigos, é um prazer o senhor avaliar o projeto, está com a Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, mas foi desenvolvido em conjunto com a EPTC, com a minha participação e com a SMIM. Então, é um prazer olhar, e a gente está à disposição para tirar todas as dúvidas.

Com relação à questão levantada pela Ver.<sup>a</sup> Karen, o Fábio já foi muito aberto aqui, a Giovana também respondeu bastante coisa, a gente tem muita informação.

Ver. Sgarbossa, eu gostaria de fazer um comentário também com relação à questão do debate. Nós fizemos essa proposta em janeiro, se não me engano, dia 26 ou 27 de janeiro, e, na época, foi dito que haveria pouco tempo para o debate. Nós estamos chegando no dia 27 de setembro, já se passaram vários meses, e o debate está sendo posto, está sendo colocado na sociedade – e aqui não é só direcionado ao Ver. Marcelo Sgarbossa, mas a todos que comentaram a questão do debate. O debate franco, o debate propositivo é muito importante e relevante. A minha opinião sobre essa proposta é que nós temos uma oportunidade de sermos diferentes, de colocarmos as posições republicanas, e as posições em prol da sociedade acima das questões políticas. Então, quando a gente diz que não tem ambiente político para uma votação porque se está discutindo se vai ter *impeachment* ou não, se vai ter eleição ou não, enfim, todas essas questões – eleição vai ter, mas qual vai ser o formato da eleição, quem serão os candidatos –, eu acho que a gente põe os interesses políticos acima dos interesses do cidadão de Porto Alegre, principalmente

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

daquele menos favorecido que anda de ônibus. Então, nós temos a oportunidade de mostrar para a sociedade que, sim, a classe política se interessa com o que é importante para o cidadão, e não simplesmente porque agora não é o momento por questões de um jogo político. Tony Blair esteve recentemente aqui em um evento da XP Investimentos, onde ele disse que os líderes políticos do futuro ou do presente para o futuro, principalmente neste momento da pandemia, são os líderes políticos que são pragmáticos, enfrentam o problema de frente, independentemente da questão temporal relativa às questões políticas daquele momento, porque estamos sempre aguardando o momento adequado para tomar uma decisão política e não haverá momento adequado. A polarização que ocorre hoje na política, para o bem ou para o mal, traz que não haverá águas tranquilas para que possamos navegar. A polarização faz com que o ambiente seja sempre conturbado, e não haverá nunca, ou num curto espaço de tempo, ambiente de águas tranquilas para que a gente possa tomar as decisões que precisam ser tomadas. Nós, como gestores públicos, e aqui Executivo e Legislativo, somos gestores sim, o Legislativo é um gestor da cidade através das legislações, através de proposições. Nós temos a obrigação de tomarmos decisões, e essas decisões são sempre difíceis de serem tomadas, porque, ao tomar uma decisão, se contraria algum interesse, se contraria algum grupo; porém, a decisão deve ser tomada, pelo menos na minha opinião. Se eu conseguir privilegiar, atender aos interesses de uma maioria, aí sim eu devo buscar atender a esses interesses. Eu sei que as medidas são polêmicas, porque se trata de uma mudança de costume e uma mudança de cultura. Nós não imaginávamos que chegaríamos aqui neste debate sem gerar polêmica, mas também conseguimos gerar interesse de diversas cidades do Brasil que vieram nos procurar. Arrisco a dizer que estamos fazendo talvez mais sucesso fora de Porto Alegre do que em Porto Alegre, porque as propostas têm tido mais eco em outras cidades. Eu recebi ligações de alguns prefeitos dizendo que se eles soubessem de mim antes eles teriam me levado para lá e não deixado o Marchezan me trazer para Porto Alegre.

Então, que a gente tenha a oportunidade de despolitizar esse debate. A mobilidade urbana não pode ser debate partidário e político. A mobilidade urbana trata de pessoas que têm menos acesso, menos oportunidades e que talvez só tenham o ônibus para se deslocar. Permitir que esse trabalhador que vem todo dia de ônibus, que recebe o vale-transporte,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

possa também vir num sábado, num domingo, frequentar a orla, é tornar Porto Alegre a Porto Alegre de todos, e não a Porto Alegre de um determinado segmento, de uma determinada área de privilegiados.

É esta a proposta que eu faço aos senhores vereadores: que a gente analise isso de forma despolitizada, olhando objetivamente e pragmaticamente a questão que está sendo discutida aqui, que é a redução do preço do transporte coletivo para as pessoas menos favorecidas. Por outro lado, esse projeto da redução de preço contempla todo um planejamento que nós fizemos quando chegamos aqui no dia 29 de abril do ano passado, que tratava da questão da melhoria da mobilidade através da tecnologia, com GPS nos ônibus, que está em 100% da frota, através dos aplicativos que a gente se propôs a instalar, de fiscalização e de informação ao cidadão, através da infraestrutura, num pilar importantíssimo, ampliando as faixas exclusivas, revigorando os corredores de ônibus, aumentando a questão do conforto e trabalhando na renovação de frota, num esforço grande, necessário e por exigência de contrato, mas num esforço grande que resultou em 30% de renovação da frota da Carris, a maior renovação de toda a história da empresa. Também trabalhamos na questão da infraestrutura e do acesso ao ponto de ônibus, agora concluído com o lançamento desse edital para concessão.

O último ponto que falta tratarmos, que estamos tratando aqui agora – e agradeço muito a oportunidade de estar aqui agora falando para os senhores e falando para a população, porque a TVCâmara transmite este debate –, é sobre o preço, que tem sido o maior impeditivo para que as pessoas tenham acesso às cidades em todo o Brasil. Então, agradeço muito a oportunidade, espero que a gente tenha maturidade política e republicana de tratarmos esse assunto de forma pragmática e não direcionada a uma questão política, se isso vai beneficiar A, B ou C; vai beneficiar o cidadão de Porto Alegre e vai beneficiar as pessoas que mais precisam. Eu acho que é por isso que nós, que estamos aqui, estamos até esta hora debatendo, e desde janeiro debatendo, essa é uma correção que eu gostaria de fazer, não houve um debate curto, com pouco espaço e com pouco tempo, nós estamos desde janeiro tratando desse assunto. Então, me coloco à disposição de todas as pessoas para conversarmos individualmente ou em grupo, mas me coloco também à disposição para que a gente avance e não fique só debatendo, debatendo, debatendo e a população não

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
004ª Audiência Pública Virtual 17SET2020  
Pauta: Debater o PLCE nº 001/20 e o PLCE nº 002/20

---

vendo resultado do nosso trabalho em conjunto, o trabalho da sociedade de Porto Alegre e nosso – nós temos aqui um mandato para estarmos decidindo pela população.

Muito obrigado pela oportunidade, por termos este espaço democrático e de muita habilidade para que a gente possa construir uma Porto Alegre melhor e sobretudo com um transporte público mais barato e de qualidade para a população. Um abraço a todos e boa noite.

**SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa):** Sr. Presidente, Ver. Airto Ferronato, tendo em vista a conclusão do pronunciamento do secretário Rodrigo Tortoriello, passo a palavra ao senhor para o encerramento desta audiência.

**PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB):** Quero agradecer ao Sandro pela bela condução dos trabalhos nesta noite; cumprimentar a todos que estiveram conosco nesta noite, porque o tema é extraordinariamente relevante para a Cidade. Quero dizer que a Câmara está debruçada, sim, nesses projetos todos e atenta aos clamores da nossa Porto Alegre. Quero agradecer a presença e declarar encerrada a nossa audiência pública na noite de hoje. Um abraço a todos e obrigado. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h57min.)